

**RELATÓRIO
E
CONTAS**

2011



ÍNDICE

1. Demonstrações Financeiras

- Análise orçamental
- Balanço
- Demonstrações de resultados
- Mapa de fluxos de caixa

2. Anexos às Demonstrações Financeiras

- 8.1 - Caracterização da Entidade
- 8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Natureza

ANÁLISE ORÇAMENTAL

As demonstrações financeiras apresentadas no presente Relatório e Contas são referentes ao exercício de 2011, i.e. de 01.01.2011 a 31.12.2011, no cumprimento do disposto do n.º2 do art.º 52 da Lei 98/97, republicada em anexo à Lei n.º48/2006, de 29 de Agosto, sendo preparadas e elaboradas de acordo com a Portaria n.º794/2000, de 20 de Setembro e Portaria 671/2000, de 17 de Abril.

A presente Conta de Gerência, é da responsabilidade do Conselho de Gestão em exercício de funções.

RECEITA

Durante o ano 2011 a receita cobrada pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), acrescida da integração dos saldos de gerência de 2010, ascendeu a 36.178.365,15 €, a que corresponde um grau de execução orçamental da receita de 90,35 % e que teve a sua origem nas fontes de financiamento indicadas no quadro seguinte.

Receita por Fonte de Financiamento em 2011			
Fonte de Financiamento / Actividade	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Grau Execução
Orçamento de Funcionamento (1)			
Dotação OE			
311 - RG não afectas a proj. cofinanciados	25.063.886,00	24.701.427,00	98,55%
313 - Saldos de RG não afectas a proj. cofinanciados	305.588,30	305.588,30	100,00%
314 - Saldos de RG afectas a proj. cofinanciados	176.128,28	176.128,28	100,00%
319 - Transferências de RG entre organismos	126.862,24	126.862,24	100,00%
<i>Sub-Total Dotação OE</i>	<i>25.672.464,82</i>	<i>25.310.005,82</i>	<i>98,59%</i>
Financiamento da UE			
411 - FEDER QCA III	152.202,32	152.202,32	100,00%
412 - FEDER POFC	233.167,52	233.167,52	100,00%
416 - FEDER POR Lisboa	53.777,35	53.777,35	100,00%
441 - FSE QCA III	152.793,77	152.793,77	100,00%
442 - FSE POPH	673.520,84	673.520,84	100,00%
451 - FEOGA	9.398,84	9.398,84	100,00%
48 - Outros	554.494,00	554.494,00	100,00%
<i>Sub-Total Financiamento da EU</i>	<i>1.829.354,64</i>	<i>1.829.354,64</i>	<i>100,00%</i>
Receita Própria			
51 - Receita Própria do ano	9.770.807,00	6.270.924,25	64,18%
52 - Saldos de RP transitados	2.731.782,82	2.731.782,82	100,00%
54 - Transferências de RP entre organismos	22.739,67	22.739,67	100,00%
<i>Sub-Total Receita Própria</i>	<i>12.525.329,49</i>	<i>9.025.446,74</i>	<i>72,06%</i>
Total Orçamento de Funcionamento	40.027.148,95	36.164.807,20	90,35%
Orçamento de Investimento - PIDDAC (2)			
Dotação OE			
313 - Saldos de RG não afectas a proj. cofinanciados	13.557,95	13.557,95	100,00%
Total Orçamento de Investimento	13.557,95	13.557,95	100,00%
TOTAL GERAL (1 + 2)	40.040.706,90	36.178.365,15	90,35%

Em 30 de Dezembro de 2011 entrou na conta da FCUL, por transferência bancária, o valor de € 630.739, 58. Este montante foi tratado como Operação de Tesouraria, visto que nessa data já tinha expirado o prazo para efetuar alterações orçamentais que permitisse o registo da mesma. Apesar de não ter sido registada em termos orçamentais, a referida importância foi tratada na parte patrimonial tendo sido reconhecido em 2011 como Proveito.

O total da receita cobrada, 36.178.365,15 €, corresponde quase na totalidade ao Orçamento de Funcionamento, a que respeita um grau de execução de 90,35%. O orçamento de PIDDAC é de valor insignificante.

Considerando o Orçamento de Funcionamento, verifica-se que o montante 24.701.427,00 € corresponde à fonte de financiamento (FF) 311 - Dotação do Estado - e representa 68,30 % da receita do orçamento de funcionamento, enquanto a importância de 6.270.924,25 € teve origem na FF 510 - Receita Própria - representando 17,34% da receita deste orçamento. Neste orçamento destaca-se ainda o saldo de receita própria transitado do ano anterior no valor de 2.731.782,82 € representando 7,55 % da receita do funcionamento. Por fim, a receita cobrada proveniente do Financiamento da UE (projectos), nas suas várias fontes (FSE, FEDER, FEOGA, outros) ascende a 1.829.354,64 € o que representa 5,06 % do orçamento.

O peso de cada fonte de financiamento, na receita de 2011, pode ser observado no quadro seguinte, onde as Dotações do OE para o Funcionamento correspondem, no seu total, a 70% do total das receitas cobradas, seguindo-se as Receitas Próprias com 24,95% do total das receitas cobradas.

Tipo / Origem	FF	Receita Cobrada	%
O.E. Receitas Gerais	311	24.701.427,00	68,28
	313	319.146,25	0,88
	314	176.128,28	0,49
	319	126.862,24	0,35
Financiamento UE - Projectos	411	152.202,32	0,42
	412	233.167,52	0,64
	416	53.777,35	0,15
	441	152.793,77	0,42
	442	673.520,84	1,86
	451	9.398,84	0,03
	48	554.494,00	1,53
Receitas Próprias	51	6.270.924,25	17,33
	52	2.731.782,82	7,55
	54	22.739,67	0,06
TOTAL DA RECEITA		36.178.365,15	100,00

Relativamente à classificação económica da receita verifica-se que 72,37 % das receitas são transferências correntes efetuadas, 13,62 % das receitas são relativas a taxas, multas e penalidades (incluem-se aqui as propinas), 10,48 % são receitas provenientes de todos os saldos transitados do ano anterior.

No quadro seguinte apresenta-se o resumo da distribuição da receita cobrada em 2011, por classificação económica:

Total de Receita por Classificação Económica			
Designação	C.Econ	Receita Cobrada	%
Taxas, multas e penalidades	04	4.926.876,71	13,62
Rendimentos da propriedade	05	5.167,04	0,01
Transferências Correntes	06	26.183.427,42	72,37
Vendas Bens e Serviços	07	1.161.759,49	3,21
Outras Receitas Correntes	08	38.020,82	0,11
Transferências de Capital	10	72.787,58	0,20
Reposições não abatidas	15	70,19	0,00
Saldos da gerência anterior	16	3.790.255,90	10,48
TOTAL DA RECEITA		36.178.365,15	100,00

No que concerne à execução da despesa, constata-se que os pagamentos realizados pela FCUL ascenderam a 33.243.646,79€, a que corresponde um grau de execução de 83,85 % face à dotação corrigida, conforme podemos observar no quadro seguinte, com a respetiva distribuição por fontes de financiamento.

Despesa por Fonte de Financiamento em 2011			
Fonte de Financiamento / Actividade	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	Grau Execução
Orçamento de Funcionamento (1)			
Dotação OE			
311 - RG não afectas a proj. cofinanciados	25.063.886,00	24.602.121,29	98,16%
313 - Saldos de RG não afectas a proj. cofinanciados	319.146,25	152.428,72	47,76%
314 - Saldos de RG afectas a proj. cofinanciados	176.128,28	117.992,32	66,99%
319 - Transferências de RG entre organismos	126.862,24	0,00	0,00%
<i>Sub-Total Dotação OE</i>	<i>25.686.022,77</i>	<i>24.872.542,33</i>	<i>96,83%</i>
Financiamento da UE			
411 - FEDER QCA III	152.202,32	34.344,98	22,57%
412 - FEDER POFC	233.167,52	19.843,10	8,51%
416 - FEDER POR Lisboa	53.777,35	0,00	0,00%
441 - FSE QCA III	152.793,77	146.836,58	96,10%
442 - FSE POPH	673.520,84	472.114,71	70,10%
451 - FEOGA	9.398,84	9.112,50	96,95%
48 - Outros	554.494,00	98.606,92	17,78%
<i>Sub-Total Financiamento da UE</i>	<i>1.829.354,64</i>	<i>780.858,79</i>	<i>42,68%</i>
Receita Própria			
51 - Receita Própria do ano	9.376.134,00	6.360.574,17	67,84%
52 - Saldos de RP transitados	2.731.782,82	1.229.671,50	45,01%
54 - Transferências de RP entre organismos	22.739,67	0,00	0,00%
<i>Sub-Total Receita Própria</i>	<i>12.130.656,49</i>	<i>7.590.245,67</i>	<i>62,57%</i>
Total Orçamento de Funcionamento	39.646.033,90	33.243.646,79	83,85%
Orçamento de Investimento - PIDDAC (2)			
Dotação OE			
313 - Saldos de RG não afectas a proj. cofinanciados	0,00	0,00	-
Total Orçamento de Investimento	0,00	0,00	-
TOTAL GERAL (1 + 2)	39.646.033,90	33.243.646,79	83,85%

Considerando a despesa relativa ao orçamento de funcionamento observa-se que, relativamente às dotações de OE, as despesas pagas através das fontes de financiamento de OE (311, 313, 314) ascendem a 24.872.542,33 €.

No que respeita a despesas pagas por Financiamento da EU (411, 412, 441, 442, 451 e 48), foi contabilizado a importância de 780.858,79 €.

No que corresponde a despesa paga por Receita Própria (51 e 52) foi registado o valor de 7.590.245,67 €, dos quais 2.419.996,52 € relativos a despesas de pessoal; 3.310.766,32 € correspondentes a despesas de aquisição de bens e serviços; 697.896,11 € referentes a transferências correntes; 873.107,69 € relativos a aquisições de bens de capital. O valor restante, ou seja, 288.479,03 € refere-se a juros, outras despesas correntes e activos financeiros.

O PIDDAC, no ano 2011, não registou execução financeira.

Quanto à classificação económica da despesa, verifica-se que 81,38 % são despesas de pessoal correspondendo a um encargo total de 27.053.229,76 €, seguindo-se as Aquisições de bens e serviços que representam 11,46 % das despesas totais, no montante de 3.810.369,57 €. Segue-se o quadro relativo à distribuição total da despesa por todas as classificações económicas.

Total de Despesa por Classificação Económica			
Tipo	CE	Pagamentos	%
Pessoal	01	27.053.229,76	81,38
Bens e Serviços	02	3.810.369,57	11,46
Juros	03	566,78	0,00
Transf. Correntes	04	815.517,31	2,45
Outras Desp. Correntes	06	205.228,00	0,62
Bens de Capital	07	1.273.735,37	3,83
Activos Financeiros	09	85.000,00	0,26
TOTAL DE DESPESA		33.243.646,79	100,00

As despesas de pessoal merecem ser analisadas, por fonte de financiamento e por subagrupamento de classificação económica. Da análise verifica-se que, em primeiro lugar, as despesas de pessoal são financiadas em 91% pelo OE e em 9% por Receitas Próprias, bem como que 83,9% das despesas dizem respeito a Remunerações Certas e Permanentes conforme quadros seguintes:

Despesas de Pessoal (por fonte de financiamento)	
311 - RG não afectas a proj. cofinanciados	24.482.131,69
313 - Saldos de RG não afectas a proj. cofinanciados	118.906,40
314 - Saldos de RG afectas a proj. cofinanciados	19.510,35
441 - FSE QCA III	2.025,21
442 - FSE POPHI	7.156,83
48 - Outros	3.502,76
51 - Receita Própria do ano	2.359.742,70
52 - Saldos de RP transitados	60.253,82
Total €	27.053.229,76
Despesas de Pessoal (por subagrupamento de despesa)	
Remunerações Certas e Permanentes	22.709.067,18
Abonos Variáveis ou eventuais	329.655,42
Encargos com a Segurança Social	4.014.507,16
Total €	27.053.229,76

SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE

Conclui-se assim que, em termos de execução orçamental a receita cobrada no ano 2011, foi de 36.178.365,15 €, a qual inclui os saldos da gerência anterior, e a Despesa paga ascendeu a 33.243.646.79€.

O Saldo para a gerência seguinte (2012) é de 2.934.718,36 €, repartido pelas fontes de financiamento da seguinte forma:

Saldos a transitar para 2012	
OE - Receitas Gerais	451.021,44
Financiamento UE - Projectos	1.048.495,85
Receitas Próprias	1.435.201,07
TOTAL (€)	2.934.718,36

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA NIPC: 502 618 418

EXERCÍCIO

2011

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2011			2010
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	Bens de domínio:				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
454	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens do domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	7.544,60		7.544,60	5.985,50
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		7.544,60		7.544,60	5.985,50
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	1.442.665,66		1.442.665,66	1.442.665,66
422	Edifícios e outras construções	45.211.052,81	6.963.438,98	38.247.613,83	38.703.087,21
423	Equipamento básico	13.734.933,85	8.949.079,85	4.815.854,00	5.030.878,23
424	Equipamento de transporte	63.752,10	50.633,87	13.110,31	19.470,99
425	Ferramentas e utensílios	92.431,95	81.383,47	11.048,38	8.223,86
426	Equipamento administrativo	7.100.335,09	6.889.234,06	211.101,03	99.596,99
427	Taras e vasilhames				
429	Outras imobilizações corpóreas	134.007,99	127.624,75	6.383,24	1.901,51
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		67.779.179,43	23.031.394,98	44.747.784,45	45.305.826,45
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	388.145,19		388.145,19	388.650,00
412	Obrigações e títulos de participação	87.500,00		87.500,00	85.000,00
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		475.645,19		475.645,19	473.650,00
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Merchandias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
264+2812+2822	Devedores e credores de entidades/subentidades do grupo	657.265,08		657.265,08	685.918,90
		657.265,08		657.265,08	685.918,90
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
2811+2821	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	476.490,85		476.490,85	213.319,70
212	Alunos, c/c	2.469.104,66		2.469.104,66	2.519.276,12
213	Clientes, c/c				
214	Clientes, alunos e utentes - Títulos a receber				
218	Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	1.881.421,31	1.881.421,31		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	5.031,12		5.031,12	7.279,10
26	Outros devedores	2.543.896,15		2.543.896,15	393.721,88
		7.375.944,09	1.881.421,31	5.494.522,78	3.133.596,80
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no Tesouro	2.957.073,26		2.957.073,26	5.218.091,15
12	Depósitos em instituições financeiras	722.882,88		722.882,88	571.759,40
11	Caixa	2.498,10		2.498,10	6.139,15
		3.682.454,24		3.682.454,24	5.795.989,70
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos e proveitos	52.194,90		52.194,90	664.264,21
272	Custos diferidos	74.741,72		74.741,72	30.087,88
		126.936,62		126.936,62	694.272,09
	Total de amortizações		23.031.394,98		
	Total de provisões		1.881.421,31		
	Total do activo	80.104.969,25	24.912.816,29	55.192.152,96	56.095.239,44

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA NIPC: 502 618 418

EXERCÍCIO
2011

CÓDIGO DAS CONTAS POCE	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2011	2010
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	37.788.501,45	37.788.501,45
55	Ajustamento de partes de capital em empresas ou entidades		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	38.411,87	3.628,87
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	2.686,06	2.686,06
59	Resultados transitados	-8.660.041,31	-8.915.384,53
88	Resultado líquido do exercício	3.275.748,35	1.508.052,59
		32.445.306,42	30.387.484,44
	PASSIVO:		
29	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312+2322	Empréstimos obtidos		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
23111+23211	Empréstimos por dívida titulada		
23112+23212+2	Empréstimos por dívida não titulada		
269	Adiantamentos por conta de vendas	34.271,81	34.271,81
221	Fornecedores, c/c	26.302,81	170.233,81
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
223			
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	70.066,77	124.475,53
24	Estado e outros entes públicos	78.837,99	482.943,32
26	Outros credores	437.071,07	1.864.236,80
		646.550,45	2.676.161,37
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.889.573,00	3.813.524,07
274	Projeitos diferidos	20.210.722,19	19.118.068,56
		22.100.296,09	23.031.593,63
	Total dos fundos próprios e do passivo	55.192.152,96	56.095.239,44

Abreviaturas:

AB = Activo bruto.
AP = Amortizações e provisões acumuladas.
AL = Activo líquido.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

POCE

DEZEMBRO 2011

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA NIPC: 502 618 418

EXERCÍCIO
2011

CÓDIGO DAS CONTAS POCE		EXERCÍCIOS			
		2011		2010	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos de serviços externos	3.574.423,59		2.879.173,22	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	21.366.397,91		25.362.510,83	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões	86.172,03		109.946,92	
	Outros	3.664.336,24	28.691.329,77	4.128.972,26	32.480.603,23
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	532.183,63		610.887,60	
66	Amortizações do exercício	1.859.945,28		1.979.459,29	
67	Provisões do exercício	318.555,33	2.710.684,24	395.833,31	2.986.180,20
65	Outros custos e perdas operacionais	19.197,93	19.197,93	8.869,07	8.869,07
	(A)...		31.421.211,94		35.475.652,50
68	Custos e perdas financeiras		5.923,17		8.531,81
	(C)...		31.427.135,11		35.484.184,31
69	Custos e perdas extraordinários		454.016,48		671.075,04
	(E)...		31.881.151,59		36.155.259,35
88	Resultado líquido do exercício		3.275.748,35		1.508.052,59
			35.156.899,94		37.663.311,94
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de mercadorias	121.782,90		122.387,81	
	Vendas de produtos				
	Prestações de serviços	394.303,74	516.086,64	643.793,37	766.181,18
72	Impostos e taxas	4.937.169,33		4.894.077,93	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	710.150,45		652.984,73	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro	24.701.427,00		27.786.804,00	
742+743	Outras	1.166.854,27		1.926.895,52	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	70,19	31.515.671,24	5.113,90	35.285.876,08
	(B)...		32.031.757,88		36.032.057,26
78	Proveitos e ganhos financeiros		5.286,44		1.938,78
	(D)...		32.037.044,32		36.033.996,04
79	Proveitos e ganhos extraordinários		3.119.855,62		1.629.315,90
	(F)...		35.156.899,94		37.663.311,94
	Resumo				
	Resultados Operacionais: (B)-(A)		610.545,94		556.404,76
	Resultados Financeiros: (D)-(C-A)		-636,73		-6.593,03
	Resultados Correntes: (D)-(C)		609.909,21		549.811,73
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)		3.275.748,35		1.508.052,59

(Assinaturas)

FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO DE 2011/01/01 A 2011/12/31

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA N.º C. 502 618 418

CÓDIGO		RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
CAP ¹	GRP ² / ART ³	AGR ⁴	SAGR ⁵	RUB ⁶	
	Saldo da gestão anterior:				
	Execução orçamental - Fundos próprios:				
	De dotações orçamentais (OE)	496.274,63	496.274,63	01	03
	De receitas próprias:				
	Na posse do serviço	3.294.981,37	3.294.981,37	01	04
	Na posse do Tesouro			01	05
	De receita do Estado - Fundos afetos		2.549,63	01	08
	De operações de tesouraria - Fundos afetos		2.003.184,27	01	09
	Descontos em vencimentos e salários - Retenção no tesouro:			01	11
	De receita do Estado			01	13
	De operações de tesouraria			01	14
	I - Total do saldo da gestão na posse do serviço		5.796.393,70	01	02
	Subidas por fonte de financiamento:			01	02
	Dotações orçamentais			01	02
	313 - Estado - Saldos de RG não afectas a projectos cofinanciados	319.146,25		01	13
	314 - Estado - Saldos de RG afectas a projectos cofinanciados	176.125,23		01	14
	Receitas próprias			01	03
	411 - Feder-DCA III	162.202,32		01	03
	412 - Feder-PO Factores de competitividade	47.481,78		01	03
	Despesas de fundos próprios:				
	Dotações orçamentais (OE)				
	Comentários:				
	Orçamento de Estado				
	Pessoal dos quadros-Regime de função pública				
	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho				
	Pessoal além dos quadros				
	Pessoal aguardando aposentação				
	Pessoal em qualquer outra situação				
	Representação				
	Subsidio de férias e de Natal				
	Subsidio de refeição				
	Subsidio de férias e de Natal				
	Remunerações por doença e maternidade/paternidade				
	Horas extraordinárias				
	Abono para falhas				
	Indemnizações por cessação de funções				
	Outros suplementos e prémios				
	Outros abonos em numerário ou espécie				
	Encargos com a saúde				
	Subsidio familiar a crianças e jovens				
	Outras prestações familiares				
	Contribuições para a seguranga social				

(Assinaturas)

FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO DE 2011/01/01 A 2011/12/31

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA N.º C. 502 618 418

CÓDIGO CAP ¹ GRP ² ART ³	RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
	CÓDIGO AGR ⁴ SAGR ⁵ RUB ⁶		CÓDIGO AGR ⁴ SAGR ⁵ RUB ⁶	
06 06 03		672.520,84		
06 07 01	Financiamento comunitário em projetos co-financiados.	111.750,00		
06 09 04	Instituições s/ fins lucrativos.	363.172,16		
07 01 02	União Europeia - Países membros.	763,45		
07 01 03	Limos e documentação técnica.	91.247,54		
07 01 99	Publicações e impressos.	30.072,28		
07 02 01	Outros.	381.462,10		
07 02 02	Aluguer de espaços e equipamentos.	356.174,63		
07 02 04	Estudos, pareceres, projetos e consultoria.	9.619,54		
07 02 05	Serviços de laboratórios.	2.606,00		
07 02 06	Atividades de saúde.	2.670,74		
07 02 99	Preparações.	183.783,67		
07 03 99	Outros.	101.356,34		
08 01 99	Outras.	38.020,82		
	Capital:			
	Recetas Próprias			
10 03 08	Serviços e Fundos Autónomos.	72.787,58		
15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos.	70,19		
	Extra-organizacionais:			
	II - Total das receitas de fundos próprios			
	Total das receitas do exercício (+II)			
				24.872.542,33
				136.637,46
				742.595,20
				179.485,90
				6.000,00
				12.921,60
				228.336,06
				42.862,26
				184.846,61
				87,73
				32.972,26
				21.223,92
				239.669,39
				124.988,90
				377.984,12
				242.713,19
				14.423,21

(Assinaturas)

FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO DE 2011/01/01 A 2011/12/31

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA N.º C. 502 618 418

CÓDIGO		RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS		
CAPº	GRPº	ARTº	AGRº SAGRº	RUBº		
			Subsídios por fonte de financiamento:	02	01	32.249,70
			Dotações orçamentais:	02	01	1.908,92
			311 - Estado - RG não afectas a projectos co-financiados	02	01	63.685,20
			Recasas próprias	02	01	191,31
			319 - Estado - Transferências de RG entre organismos	02	01	944,89
			412 - Fider-PO Factores de competitividade	02	01	37.010,37
			416 - Fider-PO Regional Lisboa	02	01	164.484,84
			442 - Fundo Social Europeu-PO Potencial Humano	02	01	46.531,26
			48 - Outros	02	01	713,40
			51 - Auto financiamento (RP)	02	02	73.202,21
			54 - Transferências de RP entre organismos	02	02	396.147,72
			III - Total recebido do Tesouro em c/rectas próprias	02	02	603.133,37
			IV - Total de recebimentos do exercício (I + II + III)	02	02	130.240,90
			Imp. realdas p/ entrega ao Estado ou outras ent. - Fundos alheios:	02	02	24.986,73
			Recasas do Estado	02	02	82.151,11
			Operações de tesouraria	02	02	16.473,43
			V - Total das retenções de fundos alheios	02	02	22.535,92
				02	02	97.380,95
				02	02	61.377,00
				02	02	19.822,30
				02	02	15.762,24
				02	02	28.444,10

(Assinaturas)

FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO DE 2011/01/01 A 2011/02/01

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA NIPC: 502 618 418

CÓDIGO		RECEBIMENTOS		CÓDIGO		PAGAMENTOS	
CAP ^o	GRP ^o	ART ^o		AGR ^o	SAGR ^o	RUB ^o	
							Entre orçamentais:..
							II - Total da despesa por C/ receitas próprias
							Total da despesa do exercício (I + II)
							8 371 104,46
							33.243.646,79
							Suadetes por fonte de financiamento:
							Dotações orçamentais:
							311 - Estado - RG não afectas a projectos cofinanciados
							24.602.121,29
							313 - Estado - Saldos de RG não afectas a projectos cofinanciados
							152.428,72
							314 - Estado - Saldos de RG afectas a projectos cofinanciados
							117.592,32
							Receitas próprias:
							411 - Feeder-DCA III
							34.344,38
							412 - Feeder-PO Factores de competitividade
							19.843,10
							441 - Fundo social europeu-DCA III
							146.386,58
							442 - Fundo Social Europeu-P.O Potencial Humano
							472.114,71
							461 - Feoga - Orientação
							9.112,50
							48 - Outros
							38.606,92
							61 - Auto financiamento (RF)
							6.380.574,17
							52 - Financiamento no subsector
							1.229.671,50
							III - Total da entrega ao Tesouro em C/ receita própria
							Total de pagamentos do exercício (I + II + III)
							33.243.646,79

(Assinaturas)

FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO DE 2011/01/01 A 2011/12/31

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA, NIF/C: 502 618 418

CÓDIGO		RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS		
CAP ⁰	GRP ⁰	ART ⁰	AGR ⁰	SAGR ⁰	RUB ⁰	
					Impontâncias entregues ao Estado ou outras entidades - Fundos alheios:	
					Recetta do Estado	6.361.406,53
					Operações de tesouraria	7.287.796,72
					Descontos em vencimentos e salários:	13.639.235,25
					Relativos na fonte e considerados pagos:	
					Recetta do Estado	4.116.644,67
					Operações de tesouraria	3.966.840,46
					V - Total da despesa de fundos alheios	13.639.235,25
					Saldo para a genérica seguinte:	
					Ejecução orçamental - Fundos próprios:	
					De adições orçamentais (OE)	324.159,20
					De receitas próprias:	324.159,20
					Na posse do serviço	2.610.659,16
					Na posse do Tesouro	2.610.659,16
					De receita do Estado - Fundos alheios	6.221,21
					De operações de tesouraria - Fundos alheios	742.514,67
					Descontos em vencimentos e salários - Retenção no Tesouro:	
					Recetta do Estado	
					Operações de tesouraria	

(Assinaturas)

FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO DE 2011/01/01 A 2011/12/31

Campo Grande - Edifício C5 - 1749-016 LISBOA, N.º C. 502 618 418

CÓDIGO CAPº GRPº ARTº	RECEBIMENTOS		CÓDIGO AGRº SAGRº RUBº	PAGAMENTOS	
					3.882.454,24
				VI - Total do saldo da gerência na posse do serviço	
				Suvidas por fonte de financiamento:	
				Dotações orgânicas:	
				311 - Estado - RG não afectas a projectos cofinanciados	99.206,71
				313 - Estado - Saldos de RG não afectas a projectos cofinanciados	166.717,63
				314 - Estado - Saldos de RG afectas a projectos cofinanciados	63.135,96
				Recasas próprias:	
				319 - Estado - Transferências de RG entre organismos	126.862,24
				411 - Feide-DCA III	117.867,24
				412 - Feide-PO Factores de competitividade	213.224,42
				416 - Feide-PO Regional Lisboa	63.777,26
				441 - Fundo social europeu-QCA III	6.867,19
				442 - Fundo Social Europeu-PO Potencial Humano	201.406,13
				461 - Feoga - Orientação	286,34
				48 - Outros	456.837,08
				51 - Auto financiamento (RF)	-89.049,92
				52 - Financiamento no subsector	1.502.111,22
				54 - Transferências de RP entre organismos	22.739,67
				TOTAL	50.665.336,28
				TOTAL	50.665.336,28

(Assinaturas)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 IDENTIFICAÇÃO

Designação: FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

NIF: 502 618 418

Sede: Campo Grande, Edifício C5, 1749 -016 Lisboa

Actividade principal: ensino superior (CAE: 85420)

Classificação Orgânica:

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira

A FACULDADE DE CIÊNCIAS é uma das unidades orgânicas da Universidade de Lisboa e está englobada na área de *Ciências e Tecnologia*, um dos cinco ramos estratégicos em que se encontra organizada aquela Universidade.

8.1.2 LEGISLAÇÃO

A FACULDADE DE CIÊNCIAS (FCUL) foi constituída no ano de 1911, instruída por decreto de 19 de Abril, tendo os seus estatutos sido aprovados por Despacho de 6 de Julho de 1991 do Reitor da Universidade de Lisboa, publicado no Diário da República 2ª série, de 9 de Julho de 1991

No ano de 2005, após aprovação em Comissão Coordenadora do Senado da Universidade de Lisboa, foi publicada a alteração aos estatutos da Faculdade de Ciências, conforme Despacho n.º 14031/2005 (2ª série), Diário da República n.º 120, II Série, de 24 de Junho de 2005, com a rectificação publicada no Diário da República (2ª série) de 29 de Julho de 2005, e pelo despacho n.º 4383/2006, publicado no Diário da República (2ª série) de 23 de Fevereiro de 2006. Em 2007, após aprovação em Comissão Coordenadora do Senado da Universidade de Lisboa, foi publicada a alteração aos estatutos da Faculdade de Ciências, conforme Despacho n.º 16776/2007 de 31 de Julho de 2007.

A alteração efectuada em 2005, extingue a Divisão Financeira e Patrimonial e cria em seu lugar a Direcção de Serviços Financeiros e Patrimoniais, estruturada em duas divisões: Divisão de Gestão Financeira e Divisão de Gestão Patrimonial, de Contratos e de Projectos. A composição do Conselho Administrativo é também alterada, sendo o Chefe de Divisão Financeira e Patrimonial substituído pelo Director de Serviços Financeiros e Patrimoniais.

A Faculdade rege-se pelo disposto nos seus estatutos e na Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e legislação complementar. Em 6 de Fevereiro de 2009, são publicados os actuais Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa após a devida homologação pelo Senhor Reitor exarada em Despacho de 4642/2009, de 30 de Janeiro do corrente ano. Em 2 Junho de 2009, tomaram posse os novos órgãos da Faculdade, incluindo o Director. O Conselho de Gestão é o órgão de gestão administrativa e financeira da Faculdade tendo iniciado funções em 17 de Junho de 2009.

A 10 de Dezembro de 2010 é publicada a Deliberação nº 2292/2010 que aprova o Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

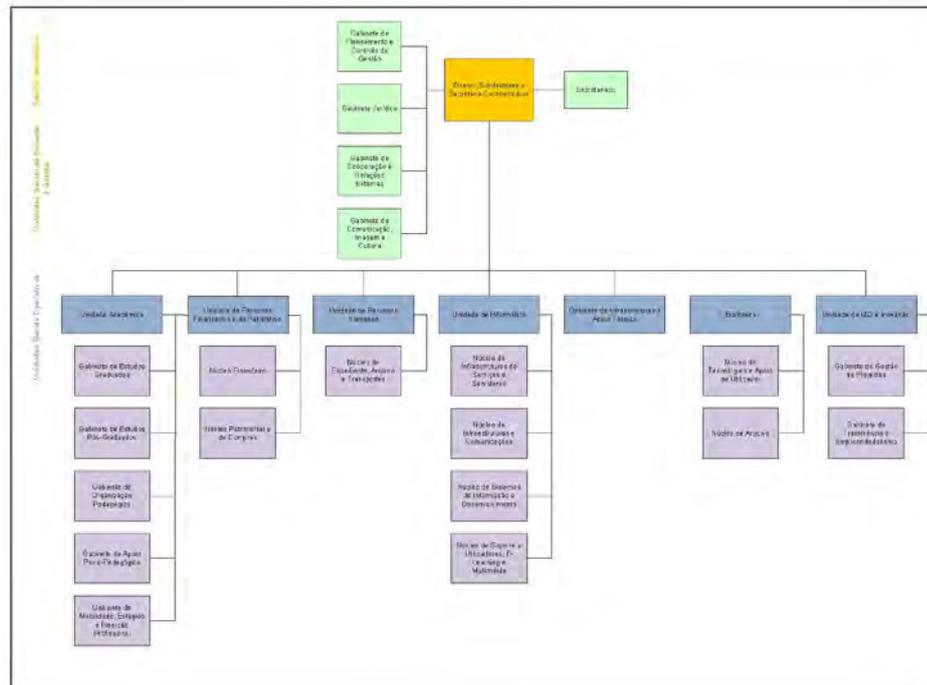
A FCUL é uma pessoa colectiva de direito público, está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e é dotada de autonomia cultural, científica, pedagógica, disciplinar, administrativa e financeira, nos termos da Lei da Autonomia das Universidades e dos Estatutos da Universidade de Lisboa.

A FCUL pode constituir ou participar na constituição de outras pessoas colectivas de direito privado, mediante autorização prévia do Conselho Geral da Universidade de Lisboa. As entidades privadas podem ter a natureza de associações, fundações ou sociedades e destinam-se a coadjuvar a FCUL no cumprimento dos seus fins.

No desenvolvimento de toda a sua actividade, a FCUL rege-se pelas leis que regulam o Ensino Superior em Portugal, adoptando igualmente as directrizes internacionais aplicáveis, nomeadamente as decorrentes do Processo de Bolonha.

8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A 31 de Dezembro de 2011, o organograma da FCUL era o seguinte:



A gestão da Faculdade é tutelada pelos seus órgãos de governo e coordenação.

O governo da faculdade é exercido pelos seguintes órgãos:

Em exercício de funções até 31 de Dezembro de 2011

- a) Assembleia da Faculdade;
- b) Director;
- c) Conselho Coordenador;
- d) Conselho de Gestão.

✓ A coordenação das actividades científica e pedagógica é exercida, respectivamente, pelos seguintes órgãos:

- a) O Conselho Científico;
- b) O Conselho Pedagógico.

✓ Os departamentos da Faculdade são os seguintes:

- a) Biologia Animal;

- b) Biologia Vegetal;
- c) Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia;
- d) Estatística e Investigação Operacional;
- e) Física;
- f) Geologia;
- g) Informática;
- h) Matemática;
- i) Química e Bioquímica;
- j) Secção Autónoma História e Filosofia das Ciências.

O Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências, aprovado pela Deliberação nº 2292/2010, assenta numa estrutura organizativa das suas **Unidades de Serviço**, constituídas por:

- Unidades de Serviço Gerais - comuns a toda a Faculdade, subdividindo-se consoante a natureza das funções, em;

✓ Unidades Gerais de Suporte à Gestão:

- a) Planeamento e Controlo da Gestão;
- b) Apoio Jurídico;
- c) Cooperação e Relações Externas;
- d) Comunicação e Imagem.

✓ Unidades Gerais Operativas:

- a) Unidade de Recursos Financeiros e do Património;
 - i) Gestão Financeira;
 - ii) Gestão Patrimonial e de Compras;
- b) Unidade Académica;
- c) Unidade de Recursos Humanos;
- d) Unidade de Informática;
- e) Unidade de Infra-estruturas;
- f) Unidade de Informação e Documentação;
- g) Unidade de I&D e Inovação.

- Unidades de Apoio nas subunidades orgânicas - visam o apoio logístico técnico e administrativo nas seguintes áreas:

- a) Secretariado da Presidência;
- b) Apoio laboratorial;
- c) Apoio técnico-administrativo;

- Outras Estruturas de Projecto - Unidade de Serviço com duração limitada destinada ao apoio de novas actividades.

O Observatório Astronómico de Lisboa, criado pela Carta de Lei de 6 de Maio de 1878, é um organismo de investigação, ensino e extensão cultural integrado na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES

A Faculdade prossegue os seus fins, no quadro da missão da Universidade de Lisboa, visando:

- a) A formação humana, cultural, científica e técnica de todos os seus membros;
- b) A realização da investigação fundamental e aplicada nos domínios científicos das ciências exactas, naturais e da educação;
- c) A prestação de serviços à comunidade;
- d) O intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições nacionais e estrangeiras que visem objectivos semelhantes;
- e) A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre todos os povos, com especial destaque para os países de língua oficial portuguesa e os países europeus.

No âmbito dos domínios científicos em que desenvolve actividades de ensino e investigação, a Faculdade propõe à Universidade de Lisboa a concessão de equivalências de graus de licenciado, mestre e doutor e o título de agregado bem como a concessão e o reconhecimento de equivalência aos graus de mestre e de doutor, nos termos da lei.

A Faculdade pode ainda propor aos órgãos de governo da Universidade de Lisboa a concessão do título honorífico de Doutor Honoris Causa, nos termos definidos na lei e nos Estatutos da Universidade.

8.1.5 RECURSOS HUMANOS

Os responsáveis pelos órgãos de governo da FCUL a 31 de Dezembro de 2011 são:

ASSEMBLEIA DA FACULDADE

Presidente:

Professora Doutora Maria Helena Ferreira da Silva Florêncio

Membros:

Constituída por 10 docentes e investigadores, 3 estudantes e 2 de pessoal não docente e não investigador

DIRETOR

Professor Doutor José Manuel Pinto Paixão

CONSELHO COORDENADOR

Diretor:

Professor Doutor José Manuel Pinto Paixão

Subdiretores:

Doutor António Carlos de Sá Fonseca

Professor Doutor Rui Manuel dos Santos Malhó

Doutor José Manuel N. V. Rebordão

Professora Doutora Maria Fernanda Adão dos Santos Fernandes de Oliveira

Presidentes dos Departamentos:

Biologia Animal - Professor Doutor Pedro Miguel Alfaia Barcia Ré
Biologia Vegetal - Professor Doutor Manuel Carmo Gomes
Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia – Professor Doutor Pedro Miranda
Estatística e Investigação Operacional - Professor Doutor Kamil Feridum Turkman
Física - Professora Doutora Maria Margarida da Fonseca Beja Godinho
Geologia – Professor Doutor César Augusto Canelhas Freire de Andrade
Informática - Professor Doutor Vasco Manuel T. de Serpa Vasconcelos
Matemática - Professor Doutor Fernando Abel da Conceição Silva
Química e Bioquímica - Professor Doutor Carlos Alberto Nieto de Castro
Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências – Professora Doutora Olga Maria Pombo Martins

Secretária-Coordenadora:

Dra. Ana Bela Franco de Carvalho Rocha

CONSELHO DE GESTÃO

Diretor:

Professor Doutor José Manuel Pinto Paixão

Secretária-Coordenadora:

Dra. Ana Bela Franco de Carvalho Rocha

Vogal:

Dr. Jorge Manuel Duque Lobato

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente:

Professor Doutor José Manuel Pinto Paixão

Membros:

Constituído pelo Diretor que preside e 24 professores e investigadores

CONSELHO PEDAGÓGICO

Presidente:

Professor Doutor Luís Filipe Lopes Bento

Membros:

Constituída por 6 docentes e por 6 estudantes da Faculdade

EFFECTIVOS a 31 de Dezembro de 2011

Os efectivos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, distribuem-se por três corpos distintos de pessoal: o corpo docente, não docente e de investigadores. O número total de efectivos em 31 de Dezembro de 2011 é de 592, distribuídos da seguinte forma:

PESSOAL DOCENTE

POR UNIDADE ORGÂNICA/CATEGORIA:

Unidades Orgânicas	Categorias											TOTAL
	P. Catedrático	P. Catedrático Convocado	P. Associado	P. Associado Convocado	P. Auxiliar	P. Auxiliar Convocado	Assistente	Assistente Convocado	Assistente Estagiário	Monitor	Outros	
Direcção								1				1
Dep. de Biologia Animal	2		3		28							33
Dep. de Biologia Vegetal	4		5		27	1						37
Dep. de Estatística e Inv. Operacional	4		7	1	19	3		1		6		41
Dep. de Física	6		9		15	8				4		42
Dep. de Geologia	2		4		25	6		3				40
Dep. de Informática	5		5		26	8				11		55
Dep. de Matemática	10		10		28			1		9		58
Dep. de Química e Bioquímica	5		6	1	37	2						51
Dep. Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia	1		4	5	17	9				2		38
Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências				1	6							7
Total	39	0	53	8	228	37	0	6	0	32	0	403

POR RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO:

Relação jurídica de emprego	Categorias											TOTAL
	P. Catedrático	P. Catedrático Convocado	P. Associado	P. Associado Convocado	P. Auxiliar	P. Auxiliar Convocado	Assistente	Assistente Convocado	Assistente Estagiário	Monitor	Outros	
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	39		53		228							320
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo				8		37		6		32		83
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto												0
Comissão de Serviço no âmbito da LVCR												0
Total	39	0	53	8	228	37	0	6	0	32	0	403

PESSOAL DE INVESTIGAÇÃO

POR UNIDADE ORGÂNICA/CATEGORIA:

Unidades Orgânicas	Categorias							TOTAL
	Investigador Coordenador	Investigador Coordenador Conv.	Investigador Principal	Investigador Auxiliar	Investigador Auxiliar Conv.	Assistente	Estagiário	
Complexo II				3				3
Dep. Geologia				1				1
Dep. de Biologia Animal								0
Dep. de Biologia Vegetal								0
Dep. Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia					1			1
Dep. de Química e Bioquímica				4	1			5
Laboratório de Óptica, Lasers e Sistemas	2		1	6	1			10
Observatório Astronómico de Lisboa				1				1
Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências				1				1
TOTAL	2	0	1	16	3	0	0	22

POR RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO:

Relação jurídica de emprego	Categorias							TOTAL
	Investigador Coordenador	Investigador Coordenador conv.	Investigador Principal	Investigador Auxiliar	Investigador auxiliar Conv.	Assistente	Estagiário	
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	2		1	16				19
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo					3			3
TOTAL	2	0	1	16	3	0	0	22

PESSOAL NÃO DOCENTE

POR UNIDADE ORGÂNICA/CATEGORIA:

Unidades Orgânicas	Categorias								TOTAL
	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	C. Termo Certo	C. Avença	
Direcção	1								1
Secretariado (Direcção)					2				2
Unidade Académica	3	5			11	1			20
Unidade de I&D e Inovação	1	1			2				4
Unidade de Informática	3				2				5
Unidade de Recursos Humanos	2	4			7	1			14
Unidade dos Recursos Financeiros e do Património	1	6			10	1			18
Gabinete de Comunicação, Imagem e Cultura	1	1			1				3
Gabinete de Cooperação e Relações Externas		1							1
Gabinete de Infraestruturas e Apoio Técnico	1	1			5	16			23
Gabinete Jurídico		1							1
Núcleo de Controlo de Gestão e Sistemas de Informação		2							2
Núcleo de Planeamento, Avaliação e Gestão da Qualidade	1								1
Biblioteca		3	1		5				9
Centro de Microscopia Electrónica		1							1
Dep. de Biologia Animal		2			3	2			7
Dep. de Biologia Vegetal		4			4	3			11
Dep. de Estatística e Inv. Operacional		2			1	1			4
Dep. de Física					4				4
Dep. de Geologia		1			2	1			4
Dep. de Informática		4			1				5
Dep. de Matemática		3			1				4
Dep. de Química e Bioquímica		2			6	1			9
Dep. de Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia		1			1				2
Laboratório de Óptica Lasers e Sistemas		4			2				6
Observatório Astronómico de Lisboa		3				1		1	5
Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências					1				1
TOTAL	14	52	1	0	71	28	0	1	167

POR RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO:

Relação jurídica de emprego	Categorias								TOTAL
	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	C. Termo Certo	C. Avença	
Comissão de Serviço no âmbito da LVCR	14								14
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado		45	1		70	27			143
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo		7			1	1			9
Prestação de serviços - Avença								1	1
TOTAL	14	52	1	0	71	28	0	1	167

8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A Unidade de Recursos Financeiros e do Património da FCUL está organizada pelas seguintes áreas: Área de Gestão Financeira e Área de Gestão Patrimonial e de Compras.

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas encontram-se arquivados por um conjunto de documentos de Despesa e Receita.

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO

O arquivo de Despesa encontra-se organizado por nº de Pedido de Autorização de Pagamento (PAP), contendo cada processo os seguintes elementos:

- Pedido interno;
- Informação da cabimentação efectuada nas rubricas orçamentais;
- Documento de autorização da despesa;
- Requisição oficial/ nota de encomenda;
- Factura ou documento legal equivalente emitido pelo terceiro;
- Documento de autorização do pagamento;
- Comprovativo do pagamento efectivo à entidade externa em causa.

O arquivo da Receita encontra-se organizado por número de receita e contém os seguintes elementos:

- Requisição de fundos;
- Factura ou documento legal equivalente emitido pela entidade;
- Comprovativo da transferência recebida de terceiros;
- Nota de lançamento da entrada de fundos (Guia de receita).

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O ano de 2007 foi um ano de início da Aplicação SIAG – Ap na Direcção de Serviços Financeiros e Patrimoniais. Este sistema mantém-se activo até aos dias de hoje e integra as seguintes grandes áreas relacionando-as entre si:

- Gestão Orçamental/POC - Educação, a qual integra todas as tarefas relacionadas com a contabilização de todos os factos patrimoniais na vertente orçamental e patrimonial. Inclui todo o ciclo orçamental da receita e da despesa: abertura dos orçamentos, execução e encerramento.
- Facturação de bens e serviços – Permite a emissão de facturação e respectivos recibos, sendo a sua contabilização integrada com o módulo referido em a).
- Gestão de património – Esta área permite o registo de todo o inventário do organismo, integrando o CIME, CIVE e CIIDE, e fazendo o controlo do ciclo de vida dos bens e respectivas amortizações.

Os registos contabilísticos são efectuados por centros orçamentais – Centros de Responsabilidade, que podem assumir a natureza de uma unidade orgânica ou projecto de investigação. A contabilidade encontra-se centralizada na Unidade de Recursos Financeiros e do Património.

Os registos contabilísticos dão objecto de conferências através do cruzamento de informação entre as diversas contas do POCE, visando a consolidação de informação na vertente patrimonial e orçamental.

Gestão de Pessoal e Vencimentos – Em janeiro de 2011 a FCUL abandonou o sistema de gestão de pessoal e vencimentos existente - RH + - passando a utilizar uma nova aplicação : GIAF.

Esta aplicação permite efectuar a gestão do quadro de pessoal de cada Serviço ou Organismo bem como registar e manter actualizado o cadastro de cada funcionário ou agente. Em consequência, a aplicação gera um histórico detalhado que é sucessivamente actualizado face às alterações relacionadas com cada funcionário ou agente. O módulo "Vencimentos" permite o cálculo das remunerações dos funcionários e agentes, para além do tratamento das carreiras e categorias, de acordo com o estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública, são observadas com rigor todas as regras estabelecidas para o cálculo dos abonos e dos descontos. A Informação retirada do GIAF serve de base aos movimentos contabilísticos de processamento de vencimentos registados na aplicação SIAG-AP.

As demonstrações financeiras são auditadas por uma Empresa de Auditoria externa, o que acontece anualmente.

8.1.7 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

MANUAL DE PROCEDIMENTOS

A Faculdade de Ciências dispõe de normas de trabalho relativas a:

- Regulamento de Fundo de Maneio;
- Procedimentos para a instrução de processos de aquisição de bens e serviços;
- Aquisição de bens e serviços e empreitadas;
- Cobrança de receitas.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da FCUL mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000 de 20 de Setembro.

A elaboração daquelas demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência e da materialidade, no pressuposto da continuidade das operações.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade acima mencionado. Aquelas cuja numeração é omissa não se aplicam à realidade da FCUL ou respeitam a factos e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os exercícios de 2010 e de 2011.

8.2.3 CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Bases de Apresentação

Até 31 de Dezembro de 2001, a **FCUL** mantinha a sua contabilidade organizada de acordo com os princípios de apresentação aplicáveis aos organismos públicos com contabilidade orçamental, que assenta, essencialmente numa base de pagamentos e recebimentos, ou seja numa base de caixa. A **FCUL** adoptou pela primeira vez o POC-Educação em 01 de Janeiro de 2002. O balanço de abertura àquela data foi determinado com base nos saldos de gerência de 2001 e com os dados históricos dos bens inventariados naquela data.

As demonstrações financeiras anexas foram instruídas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da **FCUL**, as quais foram elaboradas atentos as disposições orçamentais, do POC-Educação e dos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceites em Portugal.

A FCUL regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual os proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que ocorre o recebimento, excepto quanto aos alunos de doutoramento, cujos proveitos são registados numa base de caixa, isto é, aquando do seu recebimento. Esta situação decorre da FCUL não conseguir dispor de informação que permita apurar quais os alunos de doutoramento devedores à FCUL por ano lectivo.

Os principais critérios valorimétricos e contabilísticos utilizados pela FCUL na preparação das suas demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Imobilizações corpóreas

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível), com excepção dos Edifícios C1, C2, C3, C4 e C5 que foram objecto de registo pelo valor patrimonial inscrito na matriz pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos.

Com excepção dos terrenos e edifícios que constam do património inicial, os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, excepto nos casos em que não tenha sido possível determinar tal custo. Nestes casos, os bens encontram-se valorizados de acordo com os métodos previstos na Portaria n.º 794/2000 de 20 de Setembro, ponto 4.1.4 do POC – Educação, nomeadamente, pelo método de valor de mercado.

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo ou valor de mercado, quando aplicável, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, começando a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização e sendo contabilizada por débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulamentado pela Portaria n.º. 671/2000 de 17 de Abril , e reflectem a vida útil estimada dos bens como segue:

Rubrica	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	25 - 80
Equipamento básico	3 - 14
Equipamento de transporte	6 - 10
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 8
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

A amortização dos edifícios que foram objecto de avaliação é efectuada ao longo da vida útil remanescente, estimada pelos avaliadores independentes.

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do activo, sempre que se perspeque que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença, à data da venda, entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.

Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros em partes de capital encontram-se registados ao custo de aquisição.

Provisões para cobrança duvidosa

As provisões para cobranças duvidosas são constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas, tendo por base a avaliação do risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício.

Em regra, a constituição de provisões para cobrança duvidosa é efectuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC – Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 24 meses desde a data do respectivo vencimento e para as quais existam diligências para o seu recebimento. Relativamente às dívidas dos alunos, são também constituídas provisões para as dívidas que estejam em mora há mais de 24 meses. A taxa de provisão considerada é de 100%.

Outras provisões

São reconhecidas provisões sempre que tal se revele necessário para cobrir o risco presente de perda futura de valor de um activo ou seja provável ocorrer uma saída de recursos para resolução de uma questão pendente (litígio legal ou afim), desde que o montante em causa seja possível de estimar com um grau de fiabilidade razoável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Especialização dos exercícios

A FCUL regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo-os à medida que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento. As rubricas de “Acréscimos e diferimentos” incluem os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas correspondentes apenas ocorrerão no futuro, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pela parte que lhes corresponde.

O reconhecimento de proveitos associados às vendas e prestação de serviços e às propinas obedece aos seguintes critérios:

- Vendas e Prestação de serviços: o reconhecimento do proveito ocorre no momento de emissão do respectivo documento suporte, podendo ser ajustado no final do exercício para cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Propinas: o reconhecimento do proveito ocorre ao longo do ano lectivo.

Em 2008, deu-se início ao registo dos diferimentos no âmbito das propinas dos alunos, alocando nominalmente cada propina a proveitos diferidos na proporção de 8 meses. Na Demonstração dos Resultados de 2011 encontram-se reconhecidos 8 meses relativos ao ano lectivo 2010/2011 e 4 meses referentes ao ano lectivo 2011/2012.

Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício na rubrica de “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço na rubrica de “Proveitos diferidos”, sendo depois reconhecidos os proveitos em cada exercício, na proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respectivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

Dívidas de terceiros

A FCUL procede ao registo contabilístico do direito sobre aluno no acto da sua inscrição e de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os proveitos são incluídos nas demonstrações financeiras do período a que respeitam, considerando-se que o ano lectivo inicia-se a 1 de Setembro.

Impostos

A FCUL encontra-se abrangida pelo estatuto de isenção fiscal em sede de Impostos sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas, decorrente das actividades de carácter de interesse público que desenvolve.

A FCUL é sujeito passivo misto em sede de imposto sobre o Valor Acrescentado, integrado no regime mensal normal, não procedendo à dedução do imposto suportado nas suas aquisições efectuadas no âmbito da sua actividade comercial.

8.2.4 COTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONVERSÃO EM EUROS

Os montantes originalmente expressos em outras divisas são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que o activo ou passivo é transaccionado, ou seja, em que passa a ser considerado como pertença ou obrigação da FCUL e é, por isso, conseqüentemente reconhecido nas suas demonstrações financeiras.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica “Diferenças de câmbio desfavoráveis” ou “Diferenças de câmbio favoráveis”, consoante sejam um custo ou um proveito no exercício.

8.2.7 MOVIMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido nas rubricas do activo imobilizado e respectivas amortizações acumuladas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Ativo bruto						Saldo final 31.12.2011
	Saldo inicial 31.12.2010	Regularizações	Aumentos	Abates e Alienações	Autos de Cedência	Transf's	
Bens de domínio público:							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de Investigação e desenvolv.	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	5.985,50	-	1.559,10	-	-	-	7.544,60
	5.985,50	-	1.559,10	-	-	-	7.544,60
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	1.442.665,66	-	-	-	-	-	1.442.665,66
Edifícios e outras construções	45.036.896,91	-	174.155,90	-	-	-	45.211.052,81
Equipamento básico	12.832.772,55	-	902.161,30	-	-	-	13.734.933,85
Equipamento de transporte	63.752,18	-	-	-	-	-	63.752,18
Ferramentas e utensílios	83.400,40	-	9.031,45	-	-	-	92.431,85
Equipamento administrativo	6.923.979,08	-	207.715,10	(31.359,09)	-	-	7.100.335,09
Outras imobilizações corpóreas	126.559,59	-	7.448,40	-	-	-	134.007,99
Imobilizações em curso de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
	66.510.026,37	-	1.300.512,15	(31.359,09)	-	-	67.779.179,43
Investimentos Financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo	388.650,00	(2.500,00)	1.995,19	-	-	-	388.145,19
Obrigações e títulos de participação	85.000,00	2.500,00	-	-	-	-	87.500,00
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	473.650,00	-	1.995,19	-	-	-	475.645,19
	66.989.661,87	-	1.304.066,44	(31.359,09)	-	-	68.262.369,22
Amortizações Acumuladas e Provisões							
Rubricas	Saldo inicial 31.12.2010	Regularizações	Reforços	Abates e Alienações	Autos de Cedência	Regul. e Transf's	Saldo final 31.12.2011
Bens de domínio público:							
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de Investigação e desenvolv.	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações corpóreas:							
Edifícios e outras construções	6.333.809,70	-	629.629,28	-	-	-	6.963.438,98
Equipamento básico	7.801.894,32	-	1.118.363,27	-	-	(1.177,74)	8.919.079,85
Equipamento de transporte	44.281,19	-	6.352,68	-	-	-	50.633,87
Ferramentas e utensílios	75.176,54	-	6.216,51	-	-	(9,58)	81.383,47
Equipamento administrativo	6.824.380,09	-	96.416,87	(31.359,09)	-	(203,81)	6.889.234,06
Outras imobilizações corpóreas	124.658,08	-	2.966,67	-	-	-	127.624,75
Imobilizações em curso de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
	21.204.199,92	-	1.859.945,28	(31.359,09)	-	(1.391,13)	23.031.394,98
Investimentos Financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	21.204.199,92	-	1.859.945,28	(31.359,09)	-	(1.391,13)	23.031.394,98

O aumento registado na rubrica de “Edifícios e Outras construções”, no montante de 174.155,90 euros respeita, essencialmente a manutenção de edifícios.

O aumento registado na rubrica de “Equipamento Básico”, no montante de 902.161,30 euros respeita, essencialmente a equipamento de laboratório.

A redução registada nas rubricas de “Equipamento administrativo” respeita, essencialmente a bens abatidos em estado obsoleto.

8.2.8 - ESPECIFICAÇÃO DE IMOBILIZADO

As demonstrações financeiras obedecem ao princípio contabilístico do custo histórico relativamente ao edifício C-6, C-7e C-8.

No que se refere aos edifícios C-1, C-2, C-3, C-4 e C-5, o valor reflectido no balanço é o que resulta da avaliação efectuada pelas Finanças em 1997.

O valor da parcela de terreno com cerca de 2.100 m², localizada na Rua Ernesto de Vasconcelos, contígua ao jardim do Museu da Cidade e ao edifício da Junta de Freguesia do Campo Grande, é o que resulta da avaliação efectuada pela Direcção-Geral do Património.

Os Edifícios do Instituto de Oceanografia (IO) e do Instituto de Biofísica e Engenharia Biomédica (IBEB), bem como os respectivos terrenos, foram contabilizados no exercício de 2005. O Edifício do IO foi construído no âmbito do Programa Ciência e Programa PRAXIS XXI.

O Edifício do IBEB foi construído no âmbito do Programa Ciência. Os Terrenos foram valorizados de acordo com avaliações efectuadas em 1993. Quer o valor dos Edifícios, quer o dos Terrenos foram contabilizados pelo valor inicial e consideradas as amortizações acumuladas desde a sua entrada em funcionamento, o IBEB em 1993 e o IO em 1994.

A 31 de Dezembro de 2011, a decomposição da rubrica “Edifícios e Outras Construções” é a que se apresenta relativamente aos Edifícios da FCUL, tendo-se procedido ao registo das amortizações do exercício de 2011 correspondente a doze duodécimos:

EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES Unidade monetária: Euro

EDIFÍCIOS	VALOR IMOBILIZADO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Edifício C-1	4.951.062,70	770.464,28	4.180.598,42
Edifício C-2	5.897.240,47	839.027,97	5.058.212,50
Edifício C-3	1.688.423,19	271.267,33	1.417.155,86
Edifício C-4	1.629.215,81	264.155,50	1.365.060,31
Edifício C-5	1.487.171,72	240.628,94	1.246.542,78
Fracção Autónoma E	9.692,00	2.179,44	7.512,56
Edifício C-6	12.687.597,11	1.423.286,25	11.264.310,86
Edifício C-7	1.213.150,88	179.496,93	1.033.653,95
Edifício C-8	12.679.520,42	1.898.250,05	10.781.270,37
Instituto de Oceanografia (IO)	531.136,28	118.836,13	412.300,15
Instituto de Biofísica e Eng. Biomédica (IBEB)	474.580,06	112.481,84	362.098,22
Total	43.248.790,64	6.120.074,66	37.128.715,98

A decomposição do equipamento de transporte, elemento a elemento, a 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE
Unidade monetária: Euro

EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE MATRICULA	VALOR IMOBILIZADO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
59-22-SX	12.052,49	12.052,49	0,00
36-40-BL	880,00	880,00	0,00
IX-67-66	0,00	0,00	0,00
63-24-ZI	21.298,12	18.635,64	2.662,48
LJ-46-94	0,00	0,00	0,00
06-CL-66	29.521,57	19.065,74	10.455,83
Total	63.752,18	50.633,87	13.118,31

A 31 de Dezembro de 2011, o valor do Imobilizado Líquido, é o que se apresenta no quadro seguinte:

IMOBILIZADO LÍQUIDO
Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	VALOR IMOBILIZADO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
4.2.1 Terrenos e Recursos Naturais	1.442.665,66	0,00	1.442.665,66
4.2.2 Edifícios e Outras Construções	45.211.052,81	6.963.438,98	38.247.613,83
4.2.3 Equipamento e Material Básico	13.734.933,85	8.919.079,85	4.815.854,00
4.2.4 Equipamento de Transporte	63.752,18	50.633,87	13.118,31
4.2.5 Ferramentas e utensílios	92.431,85	81.383,47	11.048,38
4.2.6 Equipamento Administrativo	7.100.335,09	6.889.234,06	211.101,03
4.2.9 Outras Imobilizações Corpóreas	134.007,99	127.624,75	6.383,24
Total	66 510 026,37	23.031.394,98	44.747.784,45

8.2.14 BENS DE IMOBILIZADO NÃO VALORIZADOS

Não se encontra reflectido no balanço o activo imobilizado adquirido até 31 de Dezembro de 1996, os edifícios do Observatório Astronómico de Lisboa, bem como parte dos terrenos afectos ao campus da FCUL.

A situação atrás referida resulta do facto de a Faculdade ter seguido até 31 de Dezembro de 2001 apenas os princípios da contabilidade Pública.

8.2.16 PARTES DE CAPITAL EM ENTIDADES PARTICIPADAS

A **FCUL** detém participações sociais nas seguintes entidades:

- a) Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (ICAT), com sede no Campo Grande - Lisboa, *campus* da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

O ICAT tem por objecto o fomento de actividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento de iniciativas que incrementem a cooperação e criem efectivas ligações entre a Faculdade e outros organismos de investigação e desenvolvimento, e entre a Faculdade e o sector produtivo.

A Faculdade detém uma participação, em 31 de Dezembro de 2011, de € 386.150,00 correspondente a 88,48%.

O ICAT, encontra-se em processo de insolvência (Processo n.º1377/07.2TYLSB, Anúncio °2464/2009, publicado em DR 2º Série, em de 25 de Março de 2009) tendo sido aprovado um Plano de Insolvência por decisão da Assembleia de Credores. Os efeitos decorrentes do Plano de Insolvência nas contas da FCUL, encontram-se explicados nas notas: 8.2.3.8 e 8.2.39/2.

- b) Pólo Tecnológico de Lisboa (LISPOLIS), com sede na Estrada do Paço do Lumiar, nº 44 – Lisboa.

A LISPOLIS tem por objecto gerir o Pólo Tecnológico de Lisboa (PTL), e criar as condições favoráveis para o sucesso das empresas aí instaladas.

A Faculdade detém uma participação, em 31 de Dezembro de 2011, de € 87 500,00 correspondente a trinta e seis Unidades de Participação.

- c) Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FUNDAÇÃO), com sede no Campo Grande – Lisboa, *campus* da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

A FUNDAÇÃO tem por fim, no quadro de uma estreita colaboração com a Faculdade, fomentar as actividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação, consultadoria e divulgação, a promoção de iniciativas que incrementem as ligações entre a Faculdade e outras entidades, em especial as que contribuam para o fortalecimento da sua intervenção na comunidade e, em geral, apoiar e desenvolver qualquer iniciativa que se enquadre nos fins da Faculdade.

A Faculdade detém uma participação, a 31 de Dezembro de 2011, de € 1 995,19 correspondente a 100% do capital da FFCUL.

As participações supracitadas, encontram-se registadas ao custo histórico.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor das participações em entidades participadas apresenta-se como segue:

Entidade Participada	Sede	Participação detida	
		%	Valor
ICAT - Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia	Campus da FCUL - Lisboa	88,48%	386.150,00
Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	Campus da FCUL - Lisboa	100,00%	1.995,19
LISPOLIS - Pólo Tecnológico de Lisboa	Estrada Paço do Lumiar, 44 - Lisboa	36 U.P.	87.500,00
			475.645,19

8.2.23 VALOR DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro 2011, as dívidas a receber de cobrança duvidosa ascendem ao montante de 1.881.421,31 euros, estão relevadas na rubrica “Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa” e são ajustadas de acordo com os critérios mencionados na Nota 8.2.31.

8.2.24 VALORES RESPEITANTES AO PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2011, o montante a receber do pessoal, no valor de 2.725,61 euros, encontra-se evidenciado na rubrica de “Outros devedores – curto prazo”. Este montante respeita essencialmente a reposições de pessoal a serem efectuadas por motivo de cessação de funções na FCUL.

8.2.31 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foi o seguinte:

Código das contas	Designação	Provisões			Saldo final 31.12.2011
		Saldo inicial 31.12.2010	Aumentos	Reversões	
19	Provisão para aplicações tesouraria	-	-	-	-
291	Provisão para cobranças duvidosas	1.610.796,88	318.555,33	(47.930,90)	1.881.421,31
292	Provisão para riscos e encargos	-	-	-	-
39	Provisão para depreciação de exist.	-	-	-	-
49	Provisão para investim. financeiros	-	-	-	-
		<u>1.610.796,88</u>	<u>318.555,33</u>	<u>(47.930,90)</u>	<u>1.881.421,31</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica “Provisão para cobranças duvidosas” apresentava a seguinte composição:

Cobranças duvidosas	31.12.2011
Dívidas de alunos	1.845.539,74
Dívidas de clientes e utentes	35.881,57
	<u>1.881.421,31</u>

As provisões para cobrança duvidosa estão constituídas a 100% para os devedores em mora há mais de 2 anos, tal como preconizado no POC-Educação e seguindo a política adoptada pela Entidade Mãe (Reitoria da Universidade de Lisboa). Em 2011, procedeu-se ao cálculo nominal dos devedores em mora nos termos referidos.

- Alunos: assume maior expressão o reforço para dívidas de 2008 no montante de € 278 450,84.
- Clientes: a provisão inicialmente existente para a dívida de Clientes, totalizava o montante de € 43 707,98, a qual foi reduzida no valor € 7 826,41.

8.2.32 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE FUNDO PATRIMONIAL

O movimento ocorrido nas rubricas de fundo patrimonial durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foi o seguinte:

Código das contas	Designação	Fundo Patrimonial					Saldo final 31.12.2011
		Saldo inicial 31.12.2010	Regularizações	Aumentos	Diminuições	Aplicação de Resultado	
51	Património	37.788.501,45	-	-	-	-	37.788.501,45
574	Reservas livres	-	-	-	-	-	-
575	Subsídios	-	-	-	-	-	-
576	Doações	3.628,87	-	34.783,00	-	-	38.411,87
577	Reservas decorrentes trans ^o ativos	2.686,06	-	-	-	-	2.686,06
59	Resultados transitados	(8.915.384,53)	-	1.510.047,78	(1.254.704,56)	-	(8.660.041,31)
88	Resultado líquido do exercício	1.508.052,59	-	-	-	-	3.275.748,35
		30.387.484,44	-	1.544.830,78	(1.254.704,56)	-	32.445.306,42

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, no valor de 1.508.052,59 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui ainda o ajustamento relativo a projectos no valor de (1.254.704,56) euros (ver nota 8.2.39), bem como o registo da participação no capital da Fundação da FCUL no valor de 1.995,19 euros.

8.2.35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor líquido das vendas e das prestações de serviços apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Vendas		
Fotocópias, impressos e publicações	10.751,24	11.102,09
Pastas de inscrição	91.898,40	89.128,54
Consumíveis de laboratório	17.561,43	20.426,57
Cartão de estacionamento	1.538,24	1.689,85
Outros bens	33,59	40,76
	<u>121.782,90</u>	<u>122.387,81</u>
Prestações de serviços		
Serviços de laboratório	300,00	1.500,00
Serviços prestados ao exterior (estudos, pareceres, etc.)	266.050,39	514.273,77
Ações de formação, seminários e outros	83.990,60	83.910,25
Estacionamento anual	43.040,55	43.180,25
Outros serviços prestados	922,20	929,10
	<u>394.303,74</u>	<u>643.793,37</u>
	<u>516.086,64</u>	<u>766.181,18</u>

Na decomposição de “Vendas e prestações de serviços”, verifica-se que o valor mais significativo é referente a “Prestação de serviços – Serviços prestados ao exterior”.

8.2.37 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2011	31.12.2010
Custos e perdas			
681	Juros suportados	563,03	1.878,52
682	Perdas em entidades ou subentidades	-	-
683	Amortizações de investimentos em imóveis	-	-
684	Provisões para aplicações financeiras	-	-
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	229,62	-
687	Perdas na alienação de apl. de tesouraria	-	-
688	Outros custos e perdas financeiros	5.130,52	6.653,29
		<u>5.923,17</u>	<u>8.531,81</u>
	Resultados Financeiros	<u>(636,73)</u>	<u>(6.593,03)</u>
		<u>5.286,44</u>	<u>1.938,78</u>
Proveitos e ganhos			
781	Juros obtidos	5.167,04	1.827,95
782	Ganhos em entidades ou subentidades	-	-
783	Rendimentos de imóveis	-	-
784	Rendimentos de participações de capital	-	-
785	Diferenças de câmbio favoráveis	119,40	110,83
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
787	Ganhos na alienação de apl. de tesouraria	-	-
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-
		<u>5.286,44</u>	<u>1.938,78</u>

8.2.38 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os resultados extraordinários decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2011	31.12.2010
Custos e perdas			
691	Transferências de capital concedidas	-	-
692	Dívidas incobráveis	-	-
693	Perdas em existências	-	888,44
694	Perdas em imobilizações	-	83.611,55
695	Multas e penalidades	-	599,74
696	Aumentos de amortizações e provisões	-	7.788,37
697	Correções relativas a exercícios anteriores	401.799,61	578.029,50
698	Outros custos e perdas extraordinárias	52.216,87	157,44
		<u>454.016,48</u>	<u>671.075,04</u>
	Resultados Extraordinários	<u>2.665.839,14</u>	<u>958.240,86</u>
		<u>3.119.855,62</u>	<u>1.629.315,90</u>
Proveitos e ganhos			
791	Restituição de impostos	-	-
792	Recuperação de dívidas	-	-
793	Ganhos em existências	-	-
794	Ganhos em imobilizações	-	-
795	Benefícios de penalidades contratuais	-	-
796	Redução de amortizações e de provisões	47.285,32	36.349,40
797	Correções relativas a exercícios anteriores	1.696.528,25	257.101,75
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.376.042,05	1.335.864,75
		<u>3.119.855,62</u>	<u>1.629.315,90</u>

Do montante constante na rubrica 797 - “Correcções relativas a exercícios anteriores”, assumem maior expressão as verbas transferidas pela FCT relativas a propinas de doutoramentos no montante de € 1.304.260,42.

Na rubrica 7.9.8 - “Outros proveitos e ganhos extraordinários”, assume maior expressão o valor incluído na conta 7.9.8.3 - “transferências de capital obtidas” no montante de € 1.325.570,51, relativo ao reconhecimento do proveito anual dos subsídios ao investimento obtidos.

8.2.39 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rúbricas de Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

Designação	31.12.2011	31.12.2010
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	1.099,00	540,07
Imposto sobre o valor acrescentado	2.488,20	6.739,03
Contribuições para a Segurança social/ CGA	1.443,92	-
Restantes impostos	-	-
	<u>5.031,12</u>	<u>7.279,10</u>
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	-	316,61
Imposto sobre o valor acrescentado	78.798,90	50.563,65
Contribuições para a Segurança social/ CGA	39,09	432.058,06
Restantes impostos	-	5,00
	<u>78.837,99</u>	<u>482.943,32</u>

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de Acréscimos e diferimentos decompõem-se como segue:

Designação	31.12.2011	31.12.2010
Acréscimos e diferimentos activos		
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	-	-
Pedidos de pagamento - Projetos	-	597.356,51
Prestação de serviços	-	-
Bolsas FCT	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Outros acréscimos de proveitos	52.194,90	66.907,70
	<u>52.194,90</u>	<u>664.264,21</u>
Custos diferidos:		
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Outros custos diferidos	74.741,72	30.007,88
	<u>74.741,72</u>	<u>30.007,88</u>
	<u>126.936,62</u>	<u>694.272,09</u>
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	1.842.694,55	3.719.396,91
Outros acréscimos de custos	46.879,35	194.127,16
	<u>1.889.573,90</u>	<u>3.913.524,07</u>
Proveitos diferidos:		
Propinas	3.100.874,31	-
Subsídios à exploração	-	-
Subsídios para investimentos	14.456.793,09	15.580.320,33
Projetos de investigação	2.653.054,79	2.963.377,14
Outros proveitos diferidos	-	574.372,09
	<u>20.210.722,19</u>	<u>19.118.069,56</u>
	<u>22.100.296,09</u>	<u>23.031.593,63</u>

O valor registado em “Outros Acréscimos de Proveitos” respeita a facturação a emitir após 31 de Dezembro de 2011, referente a serviços prestados até 31 de Dezembro de 2011.

Na rubrica de “Proveitos Diferidos – Propinas a Reconhecer” encontra-se registado o correspondente ao diferimento de oito doze avos de propinas do ano lectivo de 2011/2012.

O valor inscrito na rubrica “Proveitos Diferidos – Subsídios para Investimento” respeita a subsídios obtidos para aquisição de bens do activo fixo corpóreo.

Durante o corrente ano a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, reviu a execução financeira e económica dos projetos financiados por entidades públicas, bem como alterou o procedimento de contabilização dos mesmos. O efeito desta alteração implicou que os resultados transitados fossem reduzidos em 1.254.704,56 Euros.

SALDOS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011, as principais rubricas de terceiros apresentavam a seguinte decomposição:

Cientes c/c	Valor a 31.12.2011
Cientes	476.490,85
	<u>476.490,85</u>
Alunos c/c	Valor a 31.12.2011
Alunos	2.469.104,66
	<u>2.469.104,66</u>
Utentes c/c	Valor a 31.12.2011
	-
	<u>-</u>
Outros devedores	Valor a 31.12.2011
Remunerações pessoal - vencimentos	2.725,61
Descontos para outras entidades	656,28
Devedores de subentidades	657.265,08
Devedores - Projectos	2.485.211,34
Outros devedores diversos	55.302,91
	<u>3.201.161,22</u>
Fornecedores c/c	Valor a 31.12.2011
Fornecedores	26.302,81
	<u>26.302,81</u>
Outros credores	Valor a 31.12.2011
Fornecedores de Imobilizado	70.066,77
Credores de subentidades	394.026,39
Alunos - restituições	1.321,00
Consultores, assessores, intermediários	5.097,00
Credores por atribuição de transferências e subsídios	-
Cauções de fornecedores	5.133,45
Outros credores diversos	31.493,22
Adiantamentos por conta de vendas	34.271,81
	<u>541.409,64</u>

O valor registado na rubrica “Cauções a Fornecedores” respeita aos montantes caucionados junto destes e que serão pagos com a libertação das garantias bancárias nos prazos devidos.

Na rubrica “Devedores-Subentidades” encontra-se registado 85% da dívida do ICAT à FCUL, de acordo com o plano de insolvência aprovado em Assembleia de Credores. De acordo o referido Plano, o reembolso ocorrerá por um período de 8 anos com os dois primeiros anos de carência. Neste contexto, estes direitos foram considerados no balanço a médio e longo prazo.

(14.Maio.2012)

(O Conselho de Gestão)